

1

As origens romanas

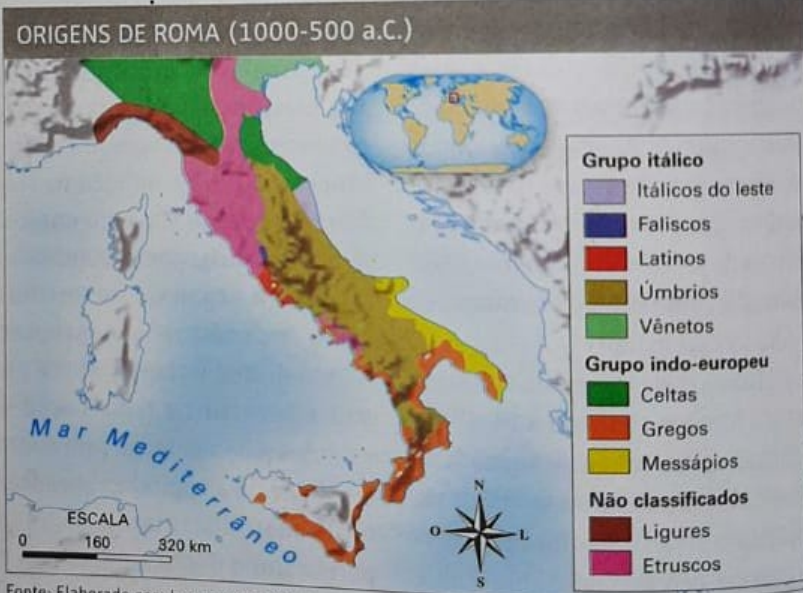
PERÍODOS	ROMA	ANOS
Período monárquico	Assentamentos humanos no vale do Tibre.	1000 a.C.
	Imigração dos povos etruscos.	900 a.C.
	Data tradicional da fundação mítica de Roma por Rômulo.	753 a.C.
	Segundo a tradição, Roma é governada pelo rei etrusco Tarquínio I.	616 a.C.
	Sob domínio dos reis etruscos Roma alcança hegemonia no Lácio.	550 a.C.
Período Republicano	Derrota dos etruscos. Estabelecimento da República.	509 a.C.
	Criação do Tribunato da Plebe.	494 a.C.
	Lei das Doze Tábuas. Primeiras leis escritas em Roma.	450 a.C.
	Conselhos plebeus legislam sobre patrícios e plebeus.	449 a.C.
	Lei Canuleia. Casamentos mistos entre patrícios e plebeus.	445 a.C.

Na mesma época da lendária fundação da cidade, supostamente por volta do século VIII a.C., a região de Roma era habitada por camponeses e pastores. Devido à criação de gado a península Itálica era chamada de "Terra dos vitelos", origem do nome Itália. Ao norte e ao sul, encontravam-se cidades etruscas e gregas que influenciariam os romanos.

Os **patrícios**, grandes proprietários de terras e detentores do poder político, formavam a elite romana. Em maior número, mas sem direitos políticos, encontravam-se os **plebeus**, em sua maioria, pequenos proprietários de terras. Muitos deles eram **clientes**, que dependiam da prestação de serviços aos patrícios para a sua sobrevivência. A escravidão, apesar de não ser dominante, já existia. Havia **escravos** por dívidas e os que eram obtidos em campanhas militares.

Na monarquia romana, o rei concentrava imensos poderes, mas suas ações eram limitadas pelo **Senado**, sob controle dos patrícios. Havia ainda a **Assembleia**, em que o conjunto dos cidadãos validava as leis votadas pelo Senado.

Em expansão nos séculos VII e VI a.C., os etruscos controlaram a monarquia em Roma, mas não se mantiveram por muito tempo. Foram derrotados por celtas, gregos e pelos próprios romanos e perderam o domínio político da região.



Fonte: Elaborado com base em KINDER, H.; HILGEMANN, W. Atlas histórico mundial. Madrid: Akal, 2006.

367 a.C. ▶ Leis Licínias. Fim da escravidão por dívidas. Plebeus conquistam o direito de candidatura ao cargo de Cônsul.	287 a.C. ▶ Senado perde poder de veto sobre o Conselho da Plebe. Lei Hortênsia: definição de leis por meio de plebiscitos.	264 a.C. ▶ Primeira Guerra Púnica. Comício Centuriato passa a escolher os Ditadores.	218 a.C. ▶ Segunda Guerra Púnica.	216 a.C. ▶ Batalha de Canas.	202-201 a.C. ▶ Batalha de Zama. Fim da Segunda Guerra Púnica.
Guerras de expansão					

REPÚBLICA ROMANA

MAGISTRADOS

Cidadãos com poderes executivos, legislativos ou judiciários. A princípio eram funções exclusivas dos patrícios, mas com as mudanças sociais da República, plebeus passam a ocupar cargos na magistratura.

300 senadores

Fiscalizam a vida política, religiosa e os magistrados, inclusive os Cônsules

2 Cônsules

com autoridade executiva máxima, se alternavam no poder a cada mês

Ditadores

Em tempos de guerra substituem os Cônsules

Chefe da Cavalaria
nomeado pelo ditador

Pretores

Exercem o papel dos Cônsules nas províncias

Censores

recenseavam os cidadãos, fiscalizavam as terras públicas e criavam tributos

Questores

cobradores de impostos e administradores do tesouro público

Edis

encarregados da preservação da cidade, dos mercados e do comércio de pessoas escravizadas

AS TRIBOS

Roma era dividida em 4 tribos que correspondiam às 4 regiões da cidade.

Na zona rural eram distribuídas 27 tribos, correspondendo aos donos de terras mais poderosos.

200 MIL

era o número de escravizados na Roma do Imperador Cícero, (106 a 43 a.C.), momento em que a população chegava a 1 milhão de habitantes.

COMÍCIOS

O Povo Romano, *populus romanus*, era uma instituição política dividida em comícios*, que legislavam e deliberavam sobre a vida na República:

Centuriatos

Poder de legislar, julgar e eleger magistrados

Tributos

Aconteciam nas tribos e elegiam *questores* e *edis*

Curios

Aconteciam nas Cúrias e tinham função de resolver questões como testamentos

Conselhos da Plebe

legislavam e elegiam:

Tribunos da Plebe

Magistrados que representavam a plebe, com poder de questionar até os senadores

Edis Plebeus

Magistrados plebeus com função de proteger os plebeus contra os patrícios

Fonte: Elaborado com base em KINDER, H.; HILGEMANN, W. *Atlas histórico mundial*. Madrid: Akal, 2006.

A REPÚBLICA ROMANA (VI-I a.C.)

Roma tornou-se uma República no início do século VI a.C. Os patrícios derrubaram o rei etrusco Tarquínio e transferiram o poder para o Senado. A república (no latim, coisa pública) significou a instauração de uma forma de governo exercida por representantes dos cidadãos e não mais por um rei cujo poder era vitalício (até a sua morte) e hereditário (transmitido a seus descendentes).

Os patrícios mantiveram o controle exclusivo do poder político e do exército até o início do século V a.C. O governo era exercido por dois **cônsules**, os principais

magistrados, que estabeleciam a criação, e a aplicação das leis e eram eleitos anualmente na Assembleia dos Centúrias, controlada pelos patrícios.

Os cônsules eram auxiliados por outros magistrados e administradores, também eleitos anualmente: pretores, questores e edis (veja infográfico acima). O **Senado** (do latim, *senes*, ancião, idoso) fiscalizava os trabalhos da Assembleia e dos magistrados, controlava as finanças públicas e deliberava acerca da política exterior.

A situação dos patrícios contrastava com a dos plebeus, que não possuíam poderes políticos no início do período republicano. Podiam ser escravizados por suas dívidas e não possuíam garantias nos tribunais controlados pelos patrícios. Sem uma legislação escrita, fica-

60 a.C. ▶	44 a.C. ▶	43 a.C. ▶	27 a.C. ▶	12 a.C. ▶	1 ▶	43 ▶	70 ▶	212 ▶
República governada por um Triunvirato (Júlio César, Pompeu, Crasso).	Júlio César se autoproclama ditador vitalício. César é assassinado por Brutus.	Composição de novo Triunvirato (Marco Antônio, Lépido e Otávio).	Augustus Cesar é nomeado Imperador. Final da República. Início do Império.	O Império romano conquista a Germânia.	Nascimento de Cristo. Marco inicial do calendário ocidental.	A Britânia torna-se província romana.	Construção do Coliseu. Saque de Jerusalém.	Concessão de cidadania romana a todos os habitantes livres do Império. Unidade jurídica do Império.

Alto Império

vam à mercê das interpretações e dos interesses dos patrícios. Além disso, casamentos entre plebeus e patrícios eram proibidos pelas leis romanas.

No século V a.C. os plebeus organizaram e empreenderam uma luta pela igualdade política, jurídica e social. Sua arma decisiva foi a ameaça de se desligarem da cidade, de não pagarem impostos, de não trabalharem e de não servirem ao exército. Os patrícios, pressionados, fizeram algumas concessões e, gradativamente, os plebeus obtiveram maior participação política e puderam garantir alguns de seus direitos.

No início do século V a.C., os plebeus obtiveram o direito de formar sua própria assembleia (a Assembleia da Plebe). Ela podia eleger seus **tribunos**, que os representavam e que podiam até mesmo questionar decisões no Senado. Em torno de 450 a.C., as leis foram redigidas em um código, denominado **Lei das Doze Tábuas**.

Em 445 a.C., a **Lei Canuleia** permitiu a formalização do casamento entre patrícios e plebeus, e as **Leis Licínias** eliminaram a escravização por dívidas em 367 a.C. Um ano depois foi concedido que um dos cônsules escolhido tivesse origem plebeia. Em 287 a.C., estabeleceu-se a **Lei Hortênsia**, que permitia a aprovação de leis pelas assembleias da plebe, de onde se origina o termo plebiscito. À medida que foram escritas e discutidas, as leis se diferenciavam das crenças religiosas e das tradições. Passaram a ser objeto dos juristas, que se dedicavam a solucionar conflitos e heranças. Para muitos, o direito seria a maior herança romana para as sociedades contemporâneas.

Apesar das concessões políticas e jurídicas, o poder jamais escapou das mãos dos patrícios e de seus representantes. Com as reformas iniciadas no século V a.C. e, sobretudo, com a permissão para os casamentos entre os grupos sociais, formara-se uma **oligarquia** dirigente, composta também por plebeus que tinham interesses semelhantes aos dos patrícios. O Senado, a mais importante instituição romana, permaneceu sob domínio patrício, mesmo com a entrada dos plebeus que haviam sido eleitos cônsules.

Em mais de dois séculos de conflitos e negociações, os plebeus se transformaram em cidadãos romanos. Os generais, tradicionalmente patrícios, poderiam contar com o apoio de seus soldados plebeus que se sentiam cada vez mais ligados às decisões políticas de sua cidade.

Ao contrário do que ocorreu em diversas *pólis* gregas, as lutas sociais em Roma não desembocaram em um regime democrático que rompesse com a dominação aristocrática.

As conquistas romanas

Inicialmente, as guerras locais na própria Península Itálica levaram à anexação e submissão de cidades-Estado rivais. Durante a expansão peninsular construiu-se o modelo que permitiria a expansão pelo Mar Mediterrâneo.

O tratamento dado aos conquistados variava de acordo com as circunstâncias das guerras e anexações. Em geral, os derrotados eram transformados em aliados que deveriam contribuir com tropas que engrossariam as legiões romanas. Alguns até recebiam cidadania total ou parcial. As terras não eram completamente tomadas pelos romanos e seus adversários não eram submetidos à escravidão (em geral apenas os prisioneiros de guerra tornavam-se escravizados).

A manutenção do poder nas mãos dos aristocratas possibilitou a articulação política com outras oligarquias, que dominavam suas respectivas cidades e reinos. Nesse sentido, é exemplar que, em 91 a.C., uma revolta de cidades italianas reivindicasse a obtenção da cidadania romana e não a autonomia política. Alguns anos depois, em meio a turbulências políticas, a cidadania seria estendida aos habitantes das demais cidades italianas. Roma expandia-se como uma reunião de inúmeros povos.

O controle de praticamente toda a Península Itálica ocorreu em 272 a.C., com a inclusão das colônias gregas do sul aos domínios romanos. Logo em seguida, conflitos com Cartago acabariam por resultar na expansão romana para outras regiões do Mediterrâneo.

235-305 ▶

Sucessão de imperadores fracos, diminuição das atividades mercantis, invasões e ataques às

Crise geral

fronteiras do Império, insurreições militares, rebeliões de escravizados, regionalização da economia. Perseguição aos cristãos.

313 ▶

Édito de Milão. Liberdade de culto aos cristãos.

325 ▶

Concílio de Niceia.

330 ▶

Constantino transfere a capital para a cidade de Bizâncio (Constantinopla), na parte oriental do Império.

380 ▶

Édito de Tessalônica. Cristianismo torna-se religião oficial do Império.

395 ▶

Após a morte de Teodósio, o Império é dividido entre seus dois filhos: Arcádio recebe o Oriente, com capital em Constantinopla, e Honório o Ocidente, com capital em Roma.

404 ▶

A capital do Império Romano do Ocidente se desloca para a cidade de Ravena.

Baixo Império

No lado oriental do Mediterrâneo, a partir de 200 a.C., iniciava-se a penetração romana. Nessa região, pontilhada de cidades, os dirigentes romanos estabeleceram alianças que visavam consolidar sua hegemonia e aproveitar as insatisfações contra o Império Macedônio. Em menos de setenta anos, após uma série de conflitos, a Grécia das cidades, suas ilhas, a Macedônia e parte da Ásia Menor passavam a figurar como províncias romanas.

Repercussões das conquistas

Ao longo do século II a.C., Roma estabeleceu sua hegemonia e o controle direto sobre a maior parte das regiões mediterrâneas. O Estado fortalecido promovia a riqueza de seus dirigentes, que podiam usufruir de comidas sofisticadas e exóticas, tecidos luxuosos e pedras preciosas.

A produção intelectual e artística, bibliotecas e obras de arte da cultura helenística eram desfrutadas em Roma. A presença de mestres gregos estabelecidos na capital do Império completava o quadro de sofisticação intelectual vivido em Roma.

Ou seja, as riquezas materiais e culturais das diversas regiões eram encaminhadas para o coração do Império. Roma tornava-se o centro do mundo antigo.

A escravidão e o escravismo

As conquistas romanas permitiram a escravização de milhares de prisioneiros de guerra. A imensa maioria desses escravizados foi fixada na parte Ocidental do território romano, sobretudo na península Itálica, no sul da Gália e na Espanha.

Os escravizados trabalhavam como artesãos, criados domésticos e, em maior número, na agricultura e na mineração.

Latifúndios e proletários

Ao mesmo tempo que a escravidão se ampliava, ocorria uma decisiva mudança nas terras agrícolas. Patrícios enriquecidos compravam pequenas e médias propriedades de soldados que, envolvidos nas conquistas romanas, não dispunham de recursos para manter sua produção.

Além disso, as terras públicas do Estado romano (conhecidas como *ager publicus*) foram ocupadas irregularmente pela aristocracia e incorporadas às suas propriedades. Isso desrespeitava uma antiga lei que impediria qualquer cidadão romano de utilizar mais que 312 acres (aproximadamente 4000 m²) de terras pertencentes ao Estado.

Com grandes recursos, esses grandes proprietários adquiriam mais pessoas escravizadas, ampliavam as extensões de terras sob o seu controle e aumentavam sua produção. Surgiam os latifúndios (grandes propriedades), que se tornariam a marca do território romano ocidental.

A maior parte dos pequenos e médios proprietários, endividada e empobrecida, abandonava o mundo rural e dirigia-se para a cidade de Roma. No século I a.C., a cidade contava com cerca de 750 mil habitantes. A maior parte dessa população era composta por proletários, ou seja, aqueles que nada possuíam além dos seus filhos, a sua prole.

Com todas essas mudanças, constituía-se o sistema escravista ou escravismo, caracterizado pelos latifúndios e pelo trabalho escravo.

As guerras de conquista permitiram a montagem do escravismo romano, ao fornecer o crescente contingente de escravizados e ao favorecer as transformações das propriedades rurais. A manutenção do sistema dependia do fornecimento da mão de obra escrava, o que tornavam necessárias mais guerras expansionistas, em um círculo de reprodução do sistema.

A tentativa de reforma agrária

As tensões sociais decorrentes da concentração de riquezas pelos grandes proprietários e pela marginalização do proletariado levaram o tribuno da plebe, Tibério Graco (163-133 a.C.), a propor uma **reforma agrária** em Roma. Ou seja, uma série de medidas que limitassem o tamanho das propriedades rurais e o poder econômico de seus detentores.

Em seu projeto, Tibério Graco retomava a antiga lei que restringia a utilização das terras públicas a 312 acres por cidadão romano. Com isso, tentava redistribuir terras dos latifundiários e reestabelecer pequenas e médias propriedades.

O projeto de Tibério desagradou a elite patricia, que viu ameaçada sua condição de proprietária. Para preservar o *status quo*, ou seja, a situação vigente, os senadores assassinaram Tibério e cerca de 300 de seus partidários.

A proposta, no entanto, não morreu com seus defensores. Caio Graco (153-121 a.C.), irmão mais novo de Tibério, elegeu-se tribuno da plebe em 123 a.C. e reapresentou o plano de distribuição de terras de seu irmão. A reação dos senadores desencadeou em Roma uma breve guerra civil cujo saldo foi a morte de Caio Graco e de 3 mil de seus seguidores.

Tibério Graco pretendia garantir que os soldados, ao final das campanhas militares, tivessem um meio de subsistência. O depoimento abaixo ilustra sua posição.

"Os homens que combatem e morrem pela Itália têm o ar, a luz e mais nada [...]. Lutam e perecem para sustentar a riqueza e o luxo de outro, mas embora sejam chamados senhores do mundo, não têm um único torrão de terra que seja seu."

ANDERSON, P. "Tibério Graco". In: *Passagem da Antiguidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 60.

A CRISE NA REPÚBLICA

A plebe pressionava o Estado. O Senado resistia a reformas e buscava preservar seus poderes. Após a conquista do Mediterrâneo, acentuaram-se os problemas sociais e políticos. As instituições tinham dificuldades para administrar tantas províncias e não conseguiam atender ao grande número de cidadãos de um império tão vasto. Como afirmou o historiador Perry Anderson: "A República conquistara para Roma o seu Império: as suas próprias vitórias a tornaram anacrônica".

A massa marginalizada de Roma era manipulada por demagogos que distribuíam alimentos e proporcio-

navam diversões em busca de apoio para suas carreiras políticas: era a política do pão e circo.

Instabilidade social

As conquistas fortaleceram o exército e o prestígio de seus generais, cujas campanhas haviam feito a grandeza de Roma. Muitos desses comandantes militares passaram a utilizar a lealdade de seus soldados para promover sua carreira política e intimidar o Senado.

O exército deixava de ser uma instituição da República para tornar-se um instrumento político nas mãos dos seus generais. Roma caminhava para um período de guerras internas.

Imperium e a lealdade aos generais

Imperium era o comando militar temporário designado pelo Senado a um general em tempos de guerra, como uma representação do poder romano, e só poderia ser exercido fora dos limites da cidade de Roma.

Em 107 a.C., a exigência de que os combatentes deveriam ser proprietários de terras foi revogada. Com isso, as tropas passaram a ser compostas por voluntários estimulados pelas promessas de enriquecimento através de saques e recebimento de terras.

Diante de uma rebelião na Ásia Menor em 88 a.C., o Senado conferiu o *imperium* ao general Sila (138-78 a.C.). Os partidários do general e cônsul Mário (157-86 a.C.) conseguiram reverter a decisão do Senado, e os dois comandantes passaram a se enfrentar.

O general Sila marchou sobre Roma. Pela primeira vez, um comandante romano violava as fronteiras da cidade com seus soldados. Depois de tomar Roma, Sila dirigiu-se à Ásia Menor para garantir as fronteiras e conquistas romanas. Enquanto isso, as tropas de Mário avançaram sobre Roma e perseguiram os partidários de Sila.

Com a morte de Mário em 86 a.C., o general Sila retomou o controle de Roma e tornou-se ditador, cargo que concentrava o poder político. Restaurou o Senado e o direito dos senadores vetarem os atos das assembleias, limitou o poder das assembleias e dos tribunos e restringiu a autoridade militar dos governadores das províncias.

Os triunviratos

A República ainda continuava ameaçada pelos interesses de seus generais. Em 60 a.C., um triunvirato (colegiado de três integrantes) composto por Júlio César, Pompeu e Crasso assumiu o poder. O prestígio de César, comandante vencedor da campanha da Gália em 52 a.C., alarmou o Senado, que ordenou a sua renúncia

ao comando das tropas. César não só ignorou a determinação como decidiu marchar sobre Roma. Derrotado e ameaçado, o Senado nomeou-o ditador.

Em 44 a.C., César proclamou-se ditador vitalício e, em nome de senadores descontentes, foi assassinado. Cícero, destacado orador romano, afirmou que César merecia a morte, pois teria cometido o mais terrível dos crimes: destruir o Direito e a liberdade.

Roma entrou em uma nova guerra civil, e o Senado viu-se forçado a compor um novo triunvirato com Marco Antônio, Lépido e Otávio. Lépido afastou-se da vida pública enquanto os outros dois integrantes passaram a disputar o poder. Em 31 a.C., Otávio derrotou as tropas de Marco Antônio e tornou-se o primeiro imperador romano.

GUERRA CIVIL (44-31 a.C.)



MÁRIO YOSHIDA

Fragmentos extraídos da obra didática OFICINA DE HISTÓRIA 1, p. 94-101.
Material apenas para fins didático.